

## HISTÓRIAS DA POLÍTICA E DA GUERRA

Com a devida vênia transcrevemos este artigo publicado na "Revista Militar" de Portugal, n. 12 de Dez 1964.

SERZEDELO COELHO  
Ten-Cel

*"É a alma que ganha as batalhas e as ganhará sempre, como as venceu em tôdas as épocas históricas. A espiritualidade da Guerra não se alterou. As mecânicas, as armas, tôda a maquinaria inventada pelo Homem e pela sua ciência não modificarão essa constante, hoje tão desprezada, que se chama alma humana."*

D'AUREVILLY

O interesse sempre vivo e sempre apaixonante dos problemas da Política e da Guerra nas suas relações mútuas deriva do conteúdo essencialmente humano das duas atividades. A sua dependência do binômio indissociável espírito-matéria imprime aos problemas, como característica fundamental, a falibilidade nas previsões e nas soluções. A análise, subordinada a princípios imutáveis, a fatores, e a servidões conhecidas — os dados — limita-se a estabelecer hipóteses. O problema é uma função de múltiplas variáveis — no tempo e no espaço — cujo domínio é indeterminado ou mal definido. As soluções pejadas de lógica, os dogmas, as receitas — arquitetadas na beatitude dos gabinetes ou no altar da cátedra — enfermam da algidez da matéria inerte. Ignoram, não vivem a realidade, abstraem do Homem: das suas paixões, da sua formação, da sua cultura, dos seus defeitos e das suas qualidades, da fragilidade

e da força da sua condição. A doutrina, o plano, as hipóteses são gerados na simbiose da experiência do Passado com a incógnita do Futuro. Entre estes dois estádios, de interpretação subjetiva, desenvolve-se um processo evolutivo complexo, sempre incerto, sujeito a imprevistos da mais variada natureza. A Providência não concedeu aos Homens o dom de adivinhar os sucessos de que são comparsas e muitas vezes os autores. Na véspera das batalhas, na vigília angustiante da hora decisiva, os comandantes das Legiões, ferramenta ao serviço da política de Roma, mandavam imolar aos Deuses e aguardavam contritos os augúrios lidos pelos sacerdotes nas entranhas das vítimas. Hoje não se fazem sacrifícios sanguinolentos — os Deuses evoluíram — mas reza-se uma prece e evoca-se a proteção divina. O Homem não pode escapar às leis naturais. A Guerra é um jôgo que não se ganha sem arriscar. A inteligência, no seu mais elevado significado, racionaliza o risco e os perigos a correr. O risco é “calculado”. Mas o conteúdo humano da Guerra coloca-a na dependência de fatores inesperados e indeterminados. *“A Guerra é um ato de violência praticado com o objetivo de obrigar o inimigo a executar a nossa vontade”* (Clausewitz). A Guerra é um conflito de vontades: Como aferi-las? Cocomo compará-las? As unidades de medida são desconhecidas. Napoleão reuniu na mesma personalidade o político e o guerreiro. O general Bonaparte — usufrutuário inteligente da forma tomada pela Guerra em consequência da explosão sentimental provocada pela Revolução — arrancou o político da modesta casa de Ajácio e colocou-o no trono de S. Luís de França. Em 1812, o soldado-político, chefe de Guerra experimentado, não soube dar o justo valor à vontade de resistir do jovem e inexperiente Alexandre, nem à teimosia do velho Kutusof representante fiel do patriotismo do povo russo. Só quando o clarão sinistro das labaredas do incêndio de Moscou iluminou as janelas sombrias do Kremlin, Napoleão deve ter compreendido que seus planos estavam errados, Hitler, “cocktail” de político, de soldado e de vidente, gritou de indignação em face da resistência da Grã-Bretanha, depois das horas amargas da retirada de Dunquerque. Classificou a firmeza do povo inglês, personificada em Churchill, de “absurda” e de “estúpida”. Mais do que a Mancha valeu à Grã-Bretanha o não ter aceito a derrota.

Uma situação de Guerra não surge súbitamente sem ligação com ações anteriormente praticadas. A Guerra é consequência e continuação de um processo de relações entre Estados. Tem origem em antagonismos antigos, atenuados ou agravados, mas sempre latentes no espaço e no tempo. As causas próximas ou imediatas nem sempre são lógicas, nem justificadas. Dão origem à decisão política, já amadurecida, de fazer a Guerra. A Diplomacia, a arte de convencer sem recorrer à violência sob a forma cinética — a ameaça potencial é normal — nem sempre permite atingir os fins que a Política ambiciona. Desencadeada a Guerra, decorre o problema das suas relações com a Política. Na teoria a questão é supérflua. É incontroversa a noção da obediência da Guerra à Política. À Política cabe a concepção do conjunto e a condução da estratégia correspondente, isto é, da estratégia global. *É a Política que confere personalidade à Guerra.* O guerreiro deve subordinar-se, respeitar a

orientação política estabelecida e integrar os seus planos e a estratégia militar nos planos e na estratégia gerais.

*"A Guerra deve subordinar-se às intenções políticas. Por sua vez, a Política deve ter em consideração e deve saber adaptar-se aos meios disponíveis"* (Clausewitz). Dêste princípio infere-se para uma dada situação de Guerra a existência de uma resultante ideal que é função do vetor político e do vetor militar. Da conjugação equilibrada dos dois vetores, do seu valor, direção, sentido e ponto de aplicação depende o efeito produzido pela resultante. São de admitir duas situações extremas: O sistema no qual o vetor político se reduz a um mínimo e os elementos da resultante são função quase exclusiva do vetor militar; o sistema desequilibrado a favor do vetor político com prejuízo, por excesso ou por defeito, do vetor militar. Ao primeiro sistema corresponde a Guerra cuja condição é entregue ao guerreiro com abdicação por parte do político. Ao segundo sistema corresponde a Guerra conduzida exclusivamente pelo político com limitação ou transbordando as possibilidades dos meios militares. Entre êstes dois pólos situam-se a maioria das formas tomadas pela Guerra.

Como exemplo do primeiro sistema definido — subordinação da orientação do conjunto, ou da estratégia geral, ao guerreiro — pode tomar-se a condução do conflito de 1939-45 pelos E. U. A. e pelos seus Aliados Ocidentais. Numa certa fase da luta, os Aliados concretizaram a sua estratégia global no objetivo "exclusivo" de destruir por completo as Fôrças Armadas alemãs. A esta finalidade foi emprestada a significação política com a fórmula "rendição incondicional". Aceita esta concepção, os E. U. A. e os seus Aliados Ocidentais alienaram tôdas as possibilidades de manobra política. A estratégia global dos ocidentais subordinou-se à estratégia do guerreiro.

Na apreciação do conjunto da situação não foram — ou não puderam ser considerados — o fim político e um fator essencial:

- A situação futura gerada pela vitória militar, situação que devia ser, em princípio, politicamente favorável aos interesses dos ocidentais (objetivo político sem o qual a vitória não seria vitória).
- A natureza das alianças.

Os aliados de "sempre", a Grã-Bretanha e a França, foram colocados em condições de igualdade, senão de inferioridade, em relação ao aliado "ocasional" ou "forçado" pelas circunstâncias: U. R. S. S. A Política não previu, não pôde ou não quis atentar no fato, evidente, de que a U. R. S. S. era um inimigo potencial: o futuro adversário (constante geopolítica).

A escolha da região da Europa onde devia ser aberta a segunda frente não parece ter obedecido a quaisquer servidões políticas atinentes a uma Paz vantajosa em relação ao Aliado ocasional.

Do lado russo, a condução da Guerra foi mais equilibrada e nunca perdeu de vista os objetivos políticos a atingir com a vitória quando

esta começou a tomar corpo. No Extremo Oriente a U. R. S. S. soube recolher vantagens substanciais da vitória militar dos E. U. A. sobre o Japão.

O emprêgo da arma atômica pelos E. U. A. para apressar a derrota do Japão — já agonizante — com o choque moral da destruição súbita das cidades de Hiroxima e de Nagasaki, causando a morte e estropiando milhares de indivíduos, foi uma decisão precipitada, exigida pelo guerreiro, de conseqüências e de reflexos — pelo menos psicologicamente — desfavoráveis. As bombas não evitaram a intervenção da União Soviética.

Os E. U. A. subornaram a condução política da Guerra aos fins militares a atingir. A estratégia militar fez a lei. A vitória não atingiu os fins políticos em vista. A Alemanha foi substituída, no concôrto mundial, pela potência com mais afinidades com o regime nazista não só nos métodos e na brutalidade, como também no desprêzo absoluto pelas liberdades e pela dignidade individuais. Os princípios e os ideais pelos quais os E. U. A. se bateram não triunfaram.

Em junho de 1950, a Coréia do Norte atacou de surpresa a República de Syngman Rhee. Algumas horas depois a situação era trágica: Combatia-se às portas de Seoul. Os E. U. A., a coberto da ONU, intervieram em socorro da Coréia do Sul. A Política subordinou a condução da Guerra à servidão de *“não se efetuar nenhuma ação militar susceptível de provocar o alastramento do conflito”*. MacArthur ficou impossibilitado de destruir as forças inimigas que eram abastecidas e mantidas, em homens e em material, pela República Popular da China. Nem sequer o objetivo definido pela ONU — a unificação das duas Coréias — foi atingido. Em 1951, os E. U. A. fizeram a Paz e foi restabelecida a linha fronteira anterior. A China, de Mao-Tsé-Tung, ganhou prestígio externo por ter resistido com êxito à mais poderosa potência mundial: os E. U. A. As servidões que a Política ditou à Guerra impediram a vitória. A Guerra teve um caráter exclusivamente político; militarmente levou a um beco sem saída. A Política recusou-se a abranger o conjunto da situação. Não era possível aniquilar a Coréia do Norte sem admitir a hipótese, muito provável, de uma reação da República Popular da China e até da U. R. S. S. O exemplo ilustra a segunda situação limite que referimos. A Política definira como objetivo principal *“impedir a expansão do comunismo”* mas transformou êste objetivo em objetivo *“secundário”* ao impor a servidão da *“limitação”* da Guerra. *Esta “limitação” passou a ser o objetivo fundamental.* A situação atual no Vietnã é muito semelhante à observada na Coréia. *“Se a Política exige da Guerra, o que ela pode dar, está a agir contra os seus princípios, isto é, desconhece o instrumento que vai utilizar e as condições da sua utilização proveitosa”* — (Clausewitz).

Como dissemos, entre os dois limites extremos: à Guerra, visando apenas a destruição total das Fôrças do adversário e à Guerra frustrada pelas limitações políticas, cabe a maioria dos conflitos conhecidos, apreciados à luz dos fins a atingir e dos meios militares disponíveis. A His-

tória de Portugal anota um exemplo de raro equilíbrio. É — a nosso ver — a situação, ou sistema, que consolidou sentimental e politicamente a Pátria portuguesa no quadro peninsular. A resultante foi Aljubarrota. A transformação nas estruturas política, econômica e social caldeou e generalizou o sentimento da nacionalidade. O Mestre de Aviz deu personalidade política à vontade da Nação :

“O homem e a hora são um só quando Deus faz e a história é feita” (F. Pessoa, I, “Mensagem”).

D. Nuno Álvares Pereira — o guerreiro — foi intérprete que soube transpor para o campo de batalha e soube aplicar com inteligência as forças sentimentais libertadas:

“Ergue a luz da tua espada para a estrada se ver” (F. Pessoa, IV, “Mensagem”).

O Povo, o Rei, o Guerreiro deram-se as mãos integrados no mesmo interesse comum, simples, bem definido. Fidalgos, burgueses, vilões — grandes e humildes — amalgamaram-se na infantaria que venceu a batalha. Tudo se conjugou harmoniosamente.

Na nossa História contemporânea avulta indelével a figura excepcional de soldado que foi Mousinho. Iguala-se na envergadura moral, no misticismo e no desprezo pelos bens materiais, à personalidade de D. Nuno Álvares Pereira. Ambos deixam o Mundo dos Homens uma vez cumprida a sua missão. Mas, com Mousinho, deu-se o conflito irredutível entre o guerreiro e o político. O caráter ímpar da sua forte personalidade não era integrável nas estruturas e nas gentes da época em que viveu.

A apreciação e a comparação de forças carece de sentido se não incluir o estudo complexo e incerto do valor dos condutores da Política, dos chefes da Guerra, dos sistemas que servem e das relações entre eles.

Em 1940, a Itália entrou na Guerra com uma força armada cujo valor real estava muito aquém do clamor tonitroante das tubas da Propaganda oficial. A Política, numa apreciação errada e precipitada do conjunto da situação, pretendeu colhêr os frutos amadurecidos pela rápida e pela brilhante vitória do seu aliado — a Alemanha — sobre a França. A resistência inesperada da Grã-Bretanha alterou o curso do conflito. A intervenção americana e a campanha da Rússia não tinham sido previstas. A Política fez da Guerra um “bluffe” dissimulado pela fisionomia e pelas ameaças truescas do Duce. O tempo e a realidade ridicularizaram-nas. A Política não dispunha de instrumentos, nem numa estrutura nacional suficientemente sólida, para se empenhar numa luta de tão grande envergadura.

São raros os chefes militares que introduziram inovações de relevo na arte da Guerra. As novidades são muito mais freqüentes na tática do que na estratégia embora haja muitas vezes ligação entre umas e outras. O que se passa com a Guerra sucede também com os outros ramos da atividade humana. Mas a Guerra tem contra si o fato de os

fenômenos inerentes não poderem ser provocados e estudados no laboratório. As manobras e os exercícios são excelentes para treino e para aplicação da tática e da técnica. Mas, por maior verdade que se lhes queira imprimir falta-lhes sempre o inimigo real — que não poupa. Carecem do *clima psicológico*, das condições sempre diferentes, inesperadas e fortuitas geradas pela própria Guerra numa reação em cadeia impossível de prever. As grandes criações — se é lícito chamar-lhes assim — na arte da Guerra correspondem às épocas de apogeu na História dos Povos e são fruto da especulação e do trabalho intelectual de uma chefe mais dotado: A sua personalidade é moldada por um período ou sistema histórico. Como tôdas as artes, a Guerra recebe a inspiração, o fluxo criador, “*das condições políticas, sociais, econômicas da época em que se deflagra*” (Clausewitz). É influenciada por múltiplos fatores de grande diversidade de que o guerreiro de gênio é o intérprete no campo de batalha tal como o escultor talha na pedra uma obra imortal. Napoleão não teria concebido e realizado a primeira campanha de Itália, nem mais tarde Austerlitz, sem a Revolução Francesa. Aljubarrota e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória não teriam sido possíveis sem a revolução política, econômica e social que alterou a vida portuguesa e libertou novas forças criadoras: São obras de arte cujo valor e cuja originalidade assinalam a etapa mais brilhante da História de Portugal. Canas e Austerlitz são também obras-primas da arte da Guerra. Numa e noutra o poder criador da inteligência conceptual do guerreiro foi o agente que as tornou resistentes ao tempo e as imortalizou. A técnica e a tática são variáveis permanentes; a concepção intelectual, produto do espírito, mantém a pureza original sem se alterar. Tanemberga, em agosto de 1914, foi uma das edições contemporâneas mais completas da Itália, parafraseou Alexandre que recomendava a “marcha com tropas divididas e a sua concentração para a batalha”.

Quando a desproporção de forças entre os contendores é muito acentuada, a Política não pode exigir à Guerra a solução rápida e vitoriosa do problema. Pode, marcar ao guerreiro os objetivos de não se deixar bater e de ganhar tempo. A estratégia global tem o fim político de cansar o adversário e desgastar a sua vontade de prosseguir a luta. Entretanto, sobretudo se o antagonista é uma coligação, existem quase linhas de menor resistência, prováveis linhas de fratura, cuja exploração pode alterar favoravelmente a situação do conjunto. Este processo de conduzir a Guerra exige meios militares de boa qualidade, bem treinados, com bom moral e comandados por chefes decididos e capazes. A “qualidade” deve suprir, dentro do possível, a “quantidade” dos meios do adversário. Na Guerra dos Sete Anos, Frederico II, o Grande, adotou esta estratégia para fazer frente à coligação que ameaçava a Prússia. O rei-soldado explorou com inteligência a superior qualidade das suas forças e a incapacidade do inimigo. A manobra rápida, por linhas interiores, a originalidade da tática — a ordem oblíqua — deram-lhe as saborosas vitórias de Rossbach e de Leuten; mas as batalhas seguintes de Zorndorf, Horkkirch, Kunersdorf e Maxen desgastaram profundamente

as suas forças. Em 1760, a situação não tinha nada de brilhante mas o tempo fôra ganho e um acaso — a morte da Tzarina Isabel — fêz subir ao trono da Rússia Pedro III, velho admirador de Frederico, que promoveu a Paz. A estratégia de Frederico teve êxito apesar de todos os riscos que implicava. O sucesso foi possível devido à fraqueza política característica das coligações, às qualidades excepcionais do rei-soldado e ao excelente instrumento militar à sua disposição.

A Guerra de 1939-45 apresenta um exemplo de estratégia semelhante mas sem êxito. Um Estado, com um potencial de Guerra muito inferior — o Japão — ataca outro Estado com um poder nitidamente superior — os E.U.A. Os objetivos da estratégia nipônica foram os seguintes:

- Conquista da superioridade de forças no teatro de operações (ataque a Pearl Harbour);
- Conquista rápida dos objetivos indispensáveis ao domínio do teatro de operações e à obtenção de matérias-primas necessárias para a continuação da Guerra;
- Manutenção das posições conquistadas e prolongamento da luta até ao limite da resistência.

O fim político em vista parece ter sido ganhar tempo e *perder* até fadigar e amolecer o adversário, quebrar-lhe a vontade de lutar e levá-lo a assinar uma *paz de compromisso*. A ser assim, a estratégia japonesa deve ter tido origem numa apreciação subjetiva de uma variável de natureza psicológica: a capacidade de resistência moral dos americanos na derrota brutal e a sua vontade de reagir e de lutar. Se foi assim, os políticos e os chefes militares japoneses enganaram-se redondamente. No erro deve ter tido forte influência a forma de governo adotada tradicionalmente pelos americanos e o descrédito em que o sistema era tido na época. Os êxitos obtidos pelos alemães na Europa exerceram certamente um efeito concorrente no erro de apreciação. Este erro comprometeu o sucesso obtido de início. A galopada das forças japonesas até aos limites das águas australianas foi impressionante. Mas o reverso da medalha revelou a falta de senso dos dirigentes nipônicos ao fundamentarem a hipótese de vitória em dados subjetivos sem atentarem na desproporção das forças em presença. Aos E.U.A. foram suficientes pouco mais de 3 anos para aniquilar a totalidade da frota mercante japonesa e isolar nas posições conquistadas as guarnições nipônicas. A partir desse momento o Japão tinha perdido a Guerra. As bombas de Hiroxima e de Nagasaki, lançadas com o Japão "in articulus mortis", foram um alarde de meios muito mais de acordo com a maneira de ser dos americanos do que a renúncia, fundamento da concepção política dos dirigentes nipônicos.

A História é um alfobre de surpresas; de julgamentos e decisões acertadas, discutíveis ou erradas dos políticos e dos guerreiros. O tão celebrado Estado-Maior Alemão, herdeiro das tradições militares prussianas legadas por Frederico, o "Grande", não pôde enjeitar a sua res-

ponsabilidade na derrota de 1918. Apesar dessa experiência dolorosa, êsse mesmo Estado-Maior, de valor indiscutível, não soube, ou não pôde, evitar o desastre de 1945. Na Primeira Guerra Mundial o Estado-Maior Imperial decidiu utilizar a arma submarina sem quaisquer limitações. A decisão foi com certeza pensada e amadurecida. No entanto, a ação indiscriminada dos submarinos alemães foi a causa próxima da entrada dos E.U.A. na Guerra. Os ataques indiscriminados à navegação não impediram, nem retardaram, a chegada do corpo expedicionário americano à França. O fato teve repercussões materiais e psicológicas da maior importância. Vinte e poucos anos depois os E.U.A. desencadearam no Pacífico uma operação do mesmo gênero, contra a navegação japonesa. Enquanto em 1917 a guerra submarina foi tida pelos E.U.A. como uma "violação do Direito Internacional", em 1941 não houve quaisquer escrúpulos em a praticar. Não há acêrto na decisão do Estado-Maior Alemão em 1917; nem a posição assumida pelos E.U.A., nessa época, se coaduna com a utilização que fêz da arma submarina na Segunda Guerra Mundial.

A coexistência da Política e da Guerra — do todo e da parte — não se verifica sem atritos. A fricção produz perdas de energia capazes, consoante a sua gravidade, de afetarem o equilíbrio do sistema e de comprometerem. O político e o guerreiro são homens de formação diferentes. Nem tôdas as formas de Guerra favorecem um entendimento espontâneo, recíproco, nascido de um interêsse comum caldeado pela inteligência e fundamentado em princípios superiores e intangíveis. *"Não é possível elaborar nenhum dos planos gerais de Guerra sem ter um conhecimento íntimo da situação política; quando se comenta, como sucede tantas vêzes, a influência nefasta da Política na conduta da Guerra, critica-se na realidade um fato muito diferente daquele que se pretende verberar. Não é a influência, mas a Política em si mesma, que se deve incriminar. Se a Política é acertada, isto é, se está em conformidade com os seus fins, a sua influência na Guerra só pode ser benéfica; mas se não corresponde aos fins, a Política está errada"* (Clausewitz). De março a princípios de maio de 1954 feriu-se numa aldeia da Indochina uma batalha dura e sangrenta. A povoação — nó de comunicações importante — chama-se Dien Bien Phu. Os franceses que se bateram com heroicidade foram derrotados pelo Vietminh. Dien Bien Phu localiza-se no Norte da Indochina, junto da fronteira do Laos, sensivelmente a meio de uma vasta planície encaixada num círculo de altas montanhas. Os franceses, devido à configuração do terreno, chamam-lhe "le pot de chambre". O comando francês resolveu estabelecer ali um campo entrincheirado com o objetivo de barrar às forças de Giap o caminho do Laos. Esta decisão foi tomada em obediência ao fim político de evitar a perda daquela região que tinha interêsse militar secundário. Entretanto, na Europa, organizava-se a conferência de Genebra — fato que o comando francês desconhecia. A situação política engendrada em Paris modificou os dados iniciais determinantes da ocupação de Dien Bien Phu. Para o Vietminh era da maior importância apresentar nas negociações um êxito militar de relêvo. A presença dos franceses em Dien Bien Phu, a configuração do terreno

extremamente favorável ao atacante, a proximidade da fronteira com a República Popular da China, a cobertura do terreno adjacente, facilitavam extremamente a concentração, o cêrco e o ataque. A manutenção da ocupação a todo o custo favoreceu os fins políticos visados pelo inimigo. O erro foi fruto de uma Política inconseqüente e da falta de reação oportuna por parte do Comando francês. *“Se a Guerra deve corresponder integralmente às instruções políticas e se a Política se deve adaptar aos seus meios de Guerra disponíveis, não há outra alternativa senão a união entre o político e o guerreiro, isto é, chamar o guerreiro a tomar parte nas decisões importantes”* (Clausewitz).

O desastre de Dien Bien Phu tem sido motivo de polêmica entre o político e o guerreiro. Cada um pretende assacar ao outro a responsabilidade da derrota. *“Na Guerra um general em chefe não pode cobrir os seus erros com a desculpa de uma ordem recebida do seu soberano ou do seu ministro quando qualquer dêles está longe de teatro de operações, que conhece mal, ou ignora a evolução da situação. Qualquer general em chefe que executa um plano que considera deficiente ou errado é culpado; deve apresentar as suas razões, insistir para que o plano seja alterado, pedir até a sua demissão, mas não deve aprestar-se a ser o instrumento da ruína do seu exército”* (Napoleão — “Máximas e Pensamentos”).

A Política nem sempre simpatiza com o guerreiro — um mal necessário: na última conflagração mundial, durante a campanha da Rússia, Stalin não gostou da popularidade alcançada por alguns chefes militares. Uma das vítimas foi o marechal Zukov. Depois da vitória conquistada na batalha de Moscou, foi-lhe retirado o comando da frente. Só mais tarde recebeu o encargo de um novo comando de relêvo. Pouco tempo depois do fim da Guerra foi enviado para uma região militar de importância secundária. Stalin, a propósito de uma remodelação de comandos, disse: *“A unidade estratégica das operações foi restabelecida sem favorecer os bonapartistas”*.

O guerreiro, afeito à forma canônica da Guerra, imbuído de uma doutrina, mecanizado numa técnica e numa tática, conservador devido às características e à ética profissionais, não se adapta com facilidade às inovações profundas, nem se sente à vontade — “como o peixe está na água” (1) — quando são abalados ou alterados radicalmente os parâmetros do quadro geral da batalha. O fenômeno não é novo: ressalta, por exemplo, na análise das reações dos adversários dos Exércitos franceses em 1797. A França foi invadida, por tôdas as fronteiras pelos melhores Exércitos europeus da época. Era lógico admitir uma derrota estrondosa. Sucedeu exatamente o contrário: os adversários da França mostraram-se incapazes de assimilarem a forma de Guerra gerada pela Revolução e levaram anos até compreenderem e conseguirem aplicar a estratégia e a tática dos chefes dos Exércitos franceses. A surpresa foi total.

(1) Mao-Tsé-Tung — “A estratégia e a tática da Guerra Revolucionária”.

Em Aljubarrota, os orgulhosos feudais — produto de uma estrutura em decomposição — ficaram cegos, alucinados, em estado de estuporação; não podiam compreender “aquela” nova forma de guerrear e muito menos a verdadeira natureza das forças que lhes abateu a garimpa: ao caírem derrotados das montadas tombavam numa terra onde morria o feudo e nascia a Pátria.

“Na Guerra os acontecimentos inesperados, bons ou maus, produzem maior efeito quanto maior fôr a surpresa provocada” (Xenofonte).

Em seguida às 1ª e 2ª Guerras Mundiais tem eclodido no nosso planeta, aqui e acolá, com a sintomatologia de um surto epidêmico, cada vez com mais intensidade, uma série de agressões cujas características específicas, de ordem geral, permitem classificá-las numa mesma família; muito se tem escrito sobre o tema: nem por isso há acôrdo na nomenclatura mais conforme à identificação desta forma particular de agressão. Uns adotam os termos “guerra revolucionária”; outros preferem as designações mais modestas de “guerra subversiva”, “subversão”, etc. Seja como fôr trata-se de uma “agressão” conduzida por processos e por métodos *fora do habitual*. A novidade, ou a surpresa, está na sistematização e na metodologia técnico-tática. O processo evolutivo — muito heterogêneo e nem sempre completo — apresenta várias metamorfoses entre o incipiente estado larvar e o estado adulto de “guerra”. Os caracteres específicos dependem de inúmeros fatores muito variáveis de estrutura para estrutura. As oscilações apresentam valores profundos: é erro grave pretender comparar a patologia observada num dado caso com os sintomas revelados noutros e deduzir uma profiáxia ou uma terapêutica estandardizadas. Cada caso clínico, adentro das características gerais do mal, tem de ser tratado especificamente. Preferimos designar o morbo pelo termo genérico ‘subversão’. Os chineses, há milênios, já conheciam o vírus e serviam-se dele com êxito — Sun-Tzu fêz a sua apologia (“Regras da Arte Militar”). Nos nossos dias foi Lenine o cultor que lhe deu sujeito e verbo — numa doutrina coerente — e concretizou o complemento direto técnico-tático. Mao-Tsé-Tung impregnou-o da inteligência sutil, da perfídia e da paciência orientais. Os exemplos da revolução russa e da revolução chinesa são de antologia. A transplantação para outras latitudes e outras gentes não é praticável sem adaptação nem sempre fácil de executar.

A “subversão” é um coquetel de “persuasão” e de “violência” misturados em doses estudadas. A violência pode ser utilizada em várias gradações; desde o ato isolado de terrorismo, ou de sabotagem, à guerrilha e até, em casos excepcionais, à Guerra com efetivos e armamento importantes. A “subversão” tem um objetivo político: a substituição do “Poder” legalmente estabelecido por outro “Poder”. É, por consequência, um instrumento ao serviço da Política.

A função "subversão = f (persuasão, violência)" é integrável na Guerra. O seu limite, quando a variável "violência" toma o valor máximo, é a Guerra. As características que lhe dão personalidade distinta são:

- Não procura obter a decisão, isto é, atingir os fins políticos que se propõe, pela força das armas.
- É incompatível com as regras de Direito geralmente aceitas. A Guerra obedece a normas jurídicas — variáveis com época histórica — que lhe emprestam legalidade. A "subversão" não se subordina, não respeita e contraria qualquer construção jurídica. É ilegal (1). Esta característica embebe-a de um atrativo de mistério; converte-a em atividade subterrânea; dá-lhe como lugar geométrico a clandestinidade.
- A fraqueza aparente, que se traduz por uma esmagadora desproporção de forças em relação aos meios à disposição do Poder legal.
- O desencadeamento e a condução por uma pequena minoria — sempre com o apoio de um ou mais Estados — em geral a partir de um País limítrofe do País agredido.
- O Estado que concede a "base de apoio" costuma chamar-se "santuário".
- A importância que concede ao fator ou variável psicológica (Propaganda).
- A orientação da estratégia global no sentido de conquistar o sucesso político sem ter obtido a vitória militar.
- A economia com meios reduzidos, muitas vezes até improvisados, obriga o adversário a empregar efetivos e meios importantes e dispendiosos.

O vírus da subversão, para se desenvolver e para se multiplicar, necessita do caldo de cultura. Não só no meio específico a contaminar como também no âmbito internacional onde não pode dispensar pontos de apoio. Neste aspecto, a subversão é favorecida por um fenômeno ou constante do panorama do mundo atual: O Direito Internacional, "fundado na soberania e na igualdade dos Estados", não é respeitado — ou está ultrapassado (?). As chamadas grandes potências são as primeiras a intervir dissimulada ou abertamente nos negócios internos dos outros Estados. A U.R.S.S., por exemplo, defende os princípios de soberania e igualdade dos Estados, mantém relações diplomáticas com esse fundamento mas não se coíbe de fomentar e organizar a subversão interna nos Estados com os quais tem relações. Por fim, a ONU, fiel depositária dos princípios de convivência internacional, legaliza o processo e reconhece oficialmente a "subversão".

---

(1) A asserção, embora seja correta, não corresponde à realidade. A ONU não considera a "subversão" como uma agressão — quer na forma psicológica (Propaganda), quer na forma violenta (terrorismo, sabotadores, etc.). O termo "agressão" é reservado para o caso de um Estado violar as fronteiras de outro Estado com tropas regulares.

A "subversão", em grande maioria dos casos, não tem meios suficientes para conferir à variável "violência" valor capaz de alcançar a vitória.

A proposição decorre da enorme desproporção entre as forças em presença. Por consequência, a "subversão" não atribui àquela variável um valor decisivo. A missão atribuída à "violência" consiste em obrigar o adversário a empenhar efetivos e meios, furtando-se a choques frontais: manter a insegurança, no espaço e no tempo, sem se deixar bater. Qual é o objetivo? Cansar e amolentar; quebrar a vontade de lutar do adversário; sujeitá-lo a encargos de toda a espécie. Na "subversão" a "violência" concorre para o fim político mas não é o fator decisivo. Há exemplos de "subversões" que alcançaram a vitória política *sem terem triunfado militarmente*.

Se analisarmos o problema no sentido inverso apuram-se para a função "contra-subversão" — das mesmas variáveis da função "subversão" — valores que só serão positivos, isto é, capazes de assegurarem o êxito, quando à variável independente "violência" forem atribuídos valores tão elevados quanto possível. O efeito será tanto maior quanto maior for o acréscimo da "violência" no binômio dimensional espaço-tempo. Para a "subversão" é suficiente *não perder*. A "contra-subversão" *tem que vencer*. Quando se atribui à violência um valor secundário a asserção está certa no domínio da função "subversão". No domínio da função "contra-subversão" a afirmação é um erro. Não devem daqui induzir-se valores nulos ou negativos para a variável "persuasão". Mas o acréscimo deve estar na razão direta do "sucesso" — *comprovado* — da "violência". Não esqueçamos o drama da Hungria quando da revolta contra o governo comunista de Imre Nagy.

Para a U.R.S.S., a luta do povo húngaro por uma independência de fato, luta que não foi fomentada por "agitadores", nem por "minorias" vindas do exterior, era "subversão". A "contra-subversão" foi executada com a maior "violência", brutalmente, até ao esmagamento total. A U.R.S.S. seguiu a máxima de Maquiavel: "*Para o Rei é preferível, muitas, muitas vezes, ser temido a ser amado*". A "Persuasão" só foi realizada mais tarde. A União Soviética que refinou o vírus da subversão deve conhecer muito bem o antídoto e a forma de o aplicar.

Dissemos que a condução política da Guerra se não for adequada, pode constranger e até, em certos casos, frustrar o guerreiro. Ora o esforço da "subversão" exerce-se, em especial, no campo político-psicológico. A "violência" é o entretém, o apoio, da ação político-psicológica. Sem continuidade no espaço e no tempo, tem por objetivo manter o "clima" de insegurança, de dúvida e de incerteza. Não arrisca; adota a tática de "bate e foge". Os recontros têm, quase sempre, a curta duração do premir o gatilho e fazer uma rajada. Não há frente. Não há retaguarda. O inimigo não está em parte alguma e está em toda a parte. Sob a fisionomia pacífica e inexpressiva do homem que se cruza no caminho pode estar o sabotador, o terrorista ou o agitador. A norma é a

punhalada desferida nas costas. Na "subversão" não há convenções jurídicas ou morais. A luta é um combate sem lei e sem elevação moral. Não respeita as mulheres, nem os velhos, nem as crianças. Não faz prisioneiros. Os mortos não escapam: os cadáveres são mutilados. O ambiente é a antítese da Guerra tal como o guerreiro a entende no mais alto e digno significado. A "subversão" é um estado híbrido, anômalo e corrupto. *"Corromper tudo quanto o inimigo tem de melhor; manter ligações secretas com os indivíduos de baixa moral e multiplicar o número destes. Confundir o poder constituído, semear as dissensões, provocar a indisciplina, explorar todos os motivos de descontentamento; proceder de maneira que os soldados nunca estejam onde devem estar: ausentes quando devem estar presentes, em descanso quando o seu lugar é na linha de combate; provocar falsos alarmes e dar falsas informações; explorar a corrupção dos maus funcionários..."* (Sun Tzu).

A adaptação do guerreiro às características da "subversão" põe problemas de ordem psicológica — a mentalização — e de ordem técnico-tática. A contra-subversão, para ser eficiente, tem que libertar-se da canonicidade da Guerra e do pesado processo de documentação, de impedimentos e de "relais". O guerreiro tem de pôr de parte a ética, os procedimentos clássicos: deve combater usando os métodos, a manha, a crueldade, o silêncio, o terror, a sobriedade do adversário. Tem de adotar a tática e a técnica da subversão. Esta imposição pode ser origem de fricção entre a Política e a Guerra; a Política deve criar as condições indispensáveis para a Guerra poder tomar a forma adequada e abandonar os métodos ortodoxos. Se a Política não compreende o conjunto e a natureza do conflito, a Guerra não chega a adquirir uma forma definida. A "contra-subversão" exige como condição do êxito — como a subversão — que o guerreiro esteja, na estrutura a *defender*, "como o peixe está na água".

\*

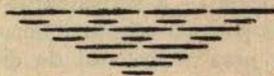
As histórias tôscas, mal alinhavadas, sem interesse, contadas sem preocupações de estilo, nem de forma, com erros de apreciação e de análise, muito provavelmente com conclusões pouco acertadas, apenas pretendem focar a dificuldade em conjugar três vetores que nos parecem fundamentais:

- O vetor político: a bússola do sistema.
- O vetor sentimental ou psicológico, a alma ou força psíquica do sistema — a Nação.
- O vetor técnico — o guerreiro.

Os restantes vetores ou variáveis — e não são poucos — influem, direta ou indiretamente, nos elementos das forças fundamentais. A resistência e a força viva do sistema dependem da conjugação equilibrada de todos êles. Não se trata de uma construção mecânica mas de um orga-

nismo vivo, no qual o espírito consiga extrair e arrancar à matéria a força capaz de suportar e vencer a prova suprema que Deus impõe aos Homens: A Guerra.

*“Sempre que evocarmos Deus e lhe rogamos a vitória não lhe pedimos para alterar as leis gerais do Universo; isso seria disparate; mas aquelas leis podem conjugar-se de mil maneiras diferentes até a um limite indeterminado. Três homens são mais fortes do que um só: a proposição é incontestável; mas um homem hábil pode aproveitar certas circunstâncias e um só Horácio vencerá três Curiáceos” — Joseph de Maistre.*



## PREÇOS

### ASSINATURA ANUAL

Brasil .....	NCr\$	2,50
Exterior .....	NCr\$	10,00

### NÚMERO AVULSO

Último número .....	NCr\$	0,50
Número atrasado .....	NCr\$	0,70

**NOTA** — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigoram a partir de Jan 67.